

# Educação

## Dilema Contemporâneos

Volume III

**Lucas Rodrigues de Oliveira**  
Organizador



Pantanal Editora

2020

Lucas Rodrigues de Oliveira  
(Organizador)

# EDUCAÇÃO DILEMA CONTEMPORÂNEOS

VOLUME III



2020

Copyright© Pantanal Editora  
Copyright do Texto© 2020 Os Autores  
Copyright da Edição© 2020 Pantanal Editora  
Editor Chefe: Prof. Dr. Alan Mario Zuffo  
Editores Executivos: Prof. Dr. Jorge González Aguilera  
Prof. Dr. Bruno Rodrigues de Oliveira

Diagramação: A editora  
Edição de Arte: A editora. Capa e contra-capas: canva.com  
Revisão: O(s) autor(es), organizador(es) e a editora

#### Conselho Editorial

- Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – OAB/PB
- Profa. Msc. Adriana Flávia Neu – Mun. Faxinal Soturno e Tupanciretã
- Profa. Dra. Albys Ferrer Dubois – UO (Cuba)
- Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – IF SUDESTE MG
- Profa. Msc. Aris Verdecia Peña – Facultad de Medicina (Cuba)
- Profa. Arisleidis Chapman Verdecia – ISCM (Cuba)
- Prof. Dr. Bruno Gomes de Araújo - UEA
- Prof. Dr. Caio Cesar Enside de Abreu – UNEMAT
- Prof. Dr. Carlos Nick – UFV
- Prof. Dr. Claudio Silveira Maia – AJES
- Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – UFGD
- Prof. Dr. Cristiano Pereira da Silva – UEMS
- Profa. Ma. Dayse Rodrigues dos Santos – IFPA
- Prof. Msc. David Chacon Alvarez – UNICENTRO
- Prof. Dr. Denis Silva Nogueira – IFMT
- Profa. Dra. Denise Silva Nogueira – UFMG
- Profa. Dra. Dennyura Oliveira Galvão – URCA
- Prof. Dr. Elias Rocha Gonçalves – ISEPAM-FAETEC
- Prof. Me. Ernane Rosa Martins – IFG
- Prof. Dr. Fábio Steiner – UEMS
- Prof. Dr. Gabriel Andres Tafur Gomez (Colômbia)
- Prof. Dr. Hebert Hernán Soto González – UNAM (Peru)
- Prof. Dr. Hudson do Vale de Oliveira – IFRR
- Prof. Msc. Javier Revilla Armesto – UCG (México)
- Prof. Msc. João Camilo Sevilla – Mun. Rio de Janeiro
- Prof. Dr. José Luis Soto Gonzales – UNMSM (Peru)
- Prof. Dr. Julio Cezar Uzinski – UFMT
- Prof. Msc. Lucas R. Oliveira – Mun. de Chap. do Sul
- Prof. Dr. Leandro Argente-Martínez – ITSON (México)
- Profa. Msc. Lidiene Jaqueline de Souza Costa Marchesan – Consultório em Santa Maria
- Prof. Msc. Marcos Pisarski Júnior – UEG
- Prof. Dr. Mario Rodrigo Esparza Mantilla – UNAM (Peru)
- Profa. Msc. Mary Jose Almeida Pereira – SEDUC/PA
- Profa. Msc. Nila Luciana Vilhena Madureira – IFPA
- Profa. Dra. Patrícia Maurer
- Profa. Msc. Queila Pahim da Silva – IFB
- Prof. Dr. Rafael Chapman Auty – UO (Cuba)
- Prof. Dr. Rafael Felipe Ratke – UFMS
- Prof. Dr. Raphael Reis da Silva – UFPI

- Prof. Dr. Ricardo Alves de Araújo – UEMA
- Prof. Dr. Wéverson Lima Fonseca – UFPI
- Prof. Msc. Wesclen Vilar Nogueira – FURG
- Profa. Dra. Yilan Fung Boix – UO (Cuba)
- Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – UFT

#### Conselho Técnico Científico

- Esp. Joacir Mário Zuffo Júnior
- Esp. Maurício Amormino Júnior
- Esp. Tayronne de Almeida Rodrigues
- Esp. Camila Alves Pereira
- Lda. Rosalina Eufrausino Lustosa Zuffo

#### Ficha Catalográfica

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)</b> (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E24	<p>Educação [recurso eletrônico] : dilemas contemporâneos: volume III / Organizador Lucas Rodrigues de Oliveira. – Nova Xavantina, MT: Pantanal, 2020. 282p.</p> <p>Formato: PDF            Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader            Modo de acesso: World Wide Web            ISBN 978-65-88319-30-7            DOI <a href="https://doi.org/10.46420/9786588319307">https://doi.org/10.46420/9786588319307</a></p> <p>1. Educação. 2. Freire, Paulo, 1921-1997. I. Oliveira, Lucas Rodrigues de.  <span style="float: right;">CDD 370.1</span></p>
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

O conteúdo dos livros e capítulos, seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva do(s) autor (es). O download da obra é permitido e o compartilhamento desde que sejam citadas as referências dos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

#### **Pantanal Editora**

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000.  
 Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil.  
 Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp).  
<https://www.editorapantanal.com.br>  
[contato@editorapantanal.com.br](mailto:contato@editorapantanal.com.br)

## **APRESENTAÇÃO**

Contemporaneamente, a educação brasileira está envolta por tantas situações diversas, envolvendo todos os seus níveis e modalidades, que foi possível a composição desse terceiro volume da obra: “Educação: Dilemas Contemporâneos” – agora, há o foco no fazer pedagógico, diversidade na educação, racismo, histórias em quadrinho, educação em tempos de pandemia, entre outros assuntos.

Não há dúvidas de que a educação é muito complexa para, em qualquer momento da história, existir sem dilemas. Por isso mesmo é que o debate e as reflexões sobre o tema são sempre presentes no meio acadêmico. A escola, para cumprir seu papel social, precisa, sim, ser colocada em xeque – é preciso refletir sobre a educação!

Analisando o percurso histórico da educação nacional, não se pode negar que muitos avanços já aconteceram, mas não sem muita luta e empenho de educadores e outros agentes envolvidos com a escola e com a sua universalização. Por isso, as discussões acerca da educação não devem ser abandonadas.

A presente obra tem como objetivo oportunizar a vários pesquisadores, professores e estudantes momentos para contribuírem, de forma significativa, com reflexões acerca dos processos que envolvem a educação brasileira. Assumimos, desde já, que as questões que envolvem a contemporaneidade da educação não conseguirão ser esgotadas aqui!

**Lucas Rodrigues de Oliveira**

## SUMÁRIO

<b>Apresentação</b> .....	4
<b>Capítulo I</b> .....	7
Diálogo, trabalho docente, interdisciplinariedade e o legado de Paulo Freire à educação emancipadora.....	7
<b>Capítulo II</b> .....	14
Militarização da escola pública: a solução dos problemas?.....	14
<b>Capítulo III</b> .....	29
A reforma no Ensino Médio brasileiro na visão de gestores de escolas da cidade de Ubá, MG ...	29
<b>Capítulo IV</b> .....	44
A Invisibilidade do tema sexualidade e gênero na vida das pessoas com deficiência .....	44
<b>Capítulo V</b> .....	54
Formação inicial de professores: concepções pedagógicas progressistas e aplicacionistas e a identidade docente .....	54
<b>Capítulo VI</b> .....	76
Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores.....	76
<b>Capítulo VII</b> .....	97
Gênero e sexualidade na escola na era Bolsonaro: retrocessos e resistências .....	97
<b>Capítulo VIII</b> .....	119
PROEJA e Cultura Afro-Brasileira: Dicotomias visíveis a partir da Análise Documental .....	119
<b>Capítulo IX</b> .....	147
História, Filosofia e Didática das Ciências: uma análise a partir do Currículo dos cursos de formação de Professores em Ciências/Química .....	147
<b>Capítulo X</b> .....	159
Cartas do isolamento: reinvenção do existir .....	159
<b>Capítulo XI</b> .....	170
Como fazer escola sem estar na escola: reflexões pela ótica da complexidade.....	170
<b>Capítulo XII</b> .....	182
Riscos para a Educação mediante a agenda neoliberal no contexto da Pandemia do Covid-19..	182

<b>Capítulo XIII</b> .....	194
As histórias em quadrinhos como fomento para o incentivo e a formação leitora em tempos de pandemia .....	194
<b>Capítulo XIV</b> .....	206
Luiz Agassiz (1817-1873): racismo e eugenia na bagagem do viajante .....	206
<b>Capítulo XV</b> .....	239
O direito à educação na legislação brasileira e a judicialização da educação como garantia desse direito .....	239
<b>Capítulo XVI</b> .....	258
Grêmios de professores públicos do Paraná: O I congresso de professores públicos do estado do Paraná (1910) .....	258
<b>Sobre o Organizador</b> .....	278
<b>Índice Remissivo</b> .....	279

# Grêmio de professores públicos do Paraná: O I congresso de professores públicos do estado do Paraná (1910)

Recebido em: 15/09/2020

Aceito em: 08/10/2020

 10.46420/9786588319307cap16

Maria Isabel Moura Nascimento<sup>1\*</sup> 

Claudia Maria Petchak Zanlorenzi<sup>2</sup> 

Sandra do Rocio Ferreira Leal<sup>3</sup>

## INTRODUÇÃO

O estudo sobre a Imprensa Paranaense<sup>4</sup> realizado a partir da Revista “A Escola”, insere-se entre as iniciativas desenvolvidas pela Área Temática de História e Historiografia da Educação, do Programa de Mestrado e Doutorado em Educação, da Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG. Esta pesquisa é parte de um projeto mais amplo dessa área temática, visando a contribuir com os estudos da imprensa<sup>5</sup> educativa no Paraná e à compreensão desta fonte como uma das possibilidades para aprofundarmos a nossa história, dentre muitos pontos silenciados.

Neste artigo, propomo-nos a investigar a revista “A ESCOLA” publicada pelo Grêmio de Professores Públicos do Paraná, em 1910, período em que se estruturou a crença integral “[...]no poder das ideias, na confiança total na ciência e na certeza de que a educação intelectual era o único caminho legítimo para melhorar os homens, para transformar a nação, ilustrar o país” (Barros, 1986), uma prática que estava presente nos discursos, após o final do século XIX, como forma de justificar e legitimar os interesses de uma minoria da burguesia que se instalava no país.

Este artigo pretende reconstruir os passos do Congresso de Professores Públicos do Paraná, publicado na revista “A Escola”, em 1910, e editada pelo Estado do Paraná como meio de formação aos professores da rede pública.

---

<sup>1</sup> Profa. Pesquisadora Produtividade do CNPq do Programa de Pós-Graduação em Educação; Coordenadora do Grupo de Pesquisa HISTEDBR.

<sup>2</sup> Profa. Dra da Universidade Unespar, Membro do grupo de pesquisa HISTEDBR.

<sup>3</sup> Professora aposentada do Departamento de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Mestre e Doutora em Educação; Membro do Grupo de pesquisa HISTEDBR.

\* Autor de correspondência E-mail: misabelnasc@gmail.com

<sup>4</sup> Este artigo é parte do relatório produtividade CNPq.

<sup>5</sup> No contexto das produções brasileiras que versam sobre impressos educacionais, cabe destacar os textos de Carvalho, Araújo e Neto (2002); Periotto (2013); Vieira (2007); Catani (1996); Bastos, (2002); Vidal e Faria Filho (2003), Overne (2015) e Zanlorenzi (2014, 2015).

Em primeiro lugar, situa-se o papel da imprensa e da imprensa educativa, bem como os seus primeiros passos no Estado republicano. Em segundo lugar, analisamos o discurso do Congresso de Professores, na Revista “A Escola”, não de forma isolada.

Finalmente, apontaremos os traços de continuidade no uso do mecanismo de produção, publicação e circulação dos discursos, por parte do poder público, no sentido de intervir e conformar o campo educacional, nos moldes e padrões desejados pela classe dominante na revista “A Escola”, como consolidação desse ideal do Estado de forma que “[...] onde termina a especulação, na vida real começa também, portanto a ciência real [...]” (Marx e Engels, 2007, p. 95).

A revista “A Escola” teve uma duração de quatro anos sem interrupção, tendo iniciado a primeira circulação em 1906 e perdurado até 1910. Logo em seguida, interrompem-se as publicações. Só em 1921 é publicada mais uma edição, totalizando, assim, 9 exemplares, sendo publicado um a cada mês, em papel jornal, com número de páginas contínuas “[...] durante o ano, vinte páginas em média, em formato de tabloide, não traziam ilustrações e nem propagandas. Contou com a colaboração escrita de educadores de outras cidades e alunos do Gymnasio Paranaense e Escola” (Zanlorenzi; Nascimento, 2008). A educação era o foco principal da revista. O último número sem interrupção foi em 1910, quando é realizado o Congresso de Professores, registros que se encontram no acervo da Biblioteca Pública do Paraná. O acesso a essa fonte, Revista “A Escola” PR, está disponível também no acervo digital da Biblioteca Nacional, no link da Hemeroteca: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>.

Toda e qualquer imprensa escrita dá a interpretação dos fatos de acordo e como melhor interessar aos organizadores da mesma. Apresenta a realidade particularizada que não representa a realidade de uma sociedade na sua totalidade, e sim parte de uma representação - principalmente em nosso país, onde uma minoria privilegiada da população tinha acesso à leitura e à escrita no início do século XX, quando a revista foi editada.

A escolha da imprensa como fonte de pesquisa justifica-se por entendermos que ela retrata os instrumentos de manipulação de interesses e de intervenção de um período histórico, negando assim “[...] aquelas perspectivas que a tomam como mero ‘veículo de informações’, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se inserem” (Capelato; Prado, 1980). Outrossim, as diversas falas que compõem a imprensa escrita ilustram a compreensão de um período histórico de conflitos, muitas vezes “[...] irre recuperáveis no discurso homogêneo do historiador de grandes quadros, fazendo-nos recuperar vieses que ficaram perdidos nas análises historiográficas posteriores” (Vidal; Camargo, 1992).

A imprensa<sup>6</sup> escrita no Brasil significou a expressão do desenvolvimento e a consolidação da sociedade capitalista, no final do século XIX e início do século XX, período em que o país se organizava em cidades, marcava-se o fim do trabalho escravo, a chegada de trabalhadores imigrantes de origem europeia e se buscava todo tipo de desenvolvimento voltado para uma nação que se estruturava a passos lentos. Para isso, instalam-se as primeiras ferrovias e desenvolve-se um mercado interno consumidor, contribuindo de forma decisiva com o desenvolvimento urbano.

À medida que a atividade nuclear se ampliava, passou a induzir, crescentemente, o surgimento de uma série de atividades tipicamente urbanas [...] No momento em que estas crescessem, uma série de outras, mais vinculadas ao processo de urbanização, também se desenvolveriam [...] Quanto mais avançava esse processo, mais interdependentes se tomavam todas essas atividades, gerando uma intrincada rede de conexões econômicas, financeiras e de serviços (Cano, 1983).

Em nosso país, encontramos os primeiros passos dos impressos pedagógicos com os seguintes periódicos<sup>7</sup>: *Jornal da Sociedade Promotora da Instrução*<sup>8</sup> Pública de Ouro Preto, de 1832-1834, o mais antigo apontado pelo catálogo; e o jornal pedagógico editado por professores, *Echo do Professorado*, dirigido pelo professor Francisco Xavier de Assis, Pindamonhangaba, em 1873. Em relação às revistas pedagógicas, havia, entre outras: *A Instrução Publica*, Rio de Janeiro, 1872-1875, a qual pode ser considerada a primeira publicação destinada à formação do magistério; a *Instrução Nacional*, revista de pedagogia, “[...]ciências e letras, que contou com a colaboração de professores e literatos, Rio de Janeiro, em 1874; e *A Escola*, *Revista Brasileira de Educação e Ensino*, elaborada por vários professores e literatos, no Rio de Janeiro, 1877-1878” (Zanlorenzi, 2014).

Os jornais no final do século XIX, no Paraná<sup>9</sup>, passaram a ser organizados com editorial mais complexo, tipografias, entre outros. A nova formação política republicana do país refletia também no Paraná. O fato de que as práticas políticas da oligarquia eram atualizadas para adequá-las à nova ordem e “[...]sob novas roupagens, o mito pode repetir-se indefinidamente” (Chauí, 2000). Nesse sentido, a imprensa vem colaborar com a ideia de um mito fundador que “[...] é aquele que não cessa de encontrar novos meios para exprimir-se novas linguagens, novos valores e as ideias, de tal modo que, quanto mais parece ser outra coisa, tanto mais é a repetição de si mesma (Chauí, 2000).

---

<sup>6</sup> A crítica feita pela Escola dos Annales à Escola Metódica sobre a concepção de documento na década de 30, não significou o reconhecimento dos jornais como fonte histórica. Não se pode desprezar o peso de certa tradição, dominante durante o século XIX e as décadas iniciais do século XX, associada ao ideal de busca da verdade dos fatos, que se julgava atingível por intermédio dos documentos, cuja natureza estava longe de ser irrelevante (Luca, 2005).

<sup>7</sup> Podem ser verificadas no Catálogo da Exposição de História do Brasil, de 1881, no item “Periódicos Literários, Científicos, Religiosos (Rodrigues, 1981).

<sup>8</sup> A primeira revista pedagógica brasileira foi *A Instrução Pública* (1872-1875), editada inicialmente por J. C. de Alambary, considerado, assim, 'o fundador da imprensa didática' no país (Silveira, 2006).

No final de império e no início de república, existiam, no Paraná, os seguintes jornais:

[...] anterior à Proclamação, o principal jornal [...] A República, órgão do Clube Republicano de Curitiba, que começa a ser publicado em 1886. Uma contribuição menor veio d'O Povo, de Rocha Pombo (Morretes, 1857 – Rio de Janeiro, 1933), [...], e do Livre Paraná, [...]. Com a Proclamação, outras folhas republicanas surgiram na cidade. [...] o Diário do Paraná, órgão da União Republicana que disputou o controle do novo regime com o grupo ligado ao A República; [...] à República foi o Sete de Março 13, [...] (Corrêa, 2009).

O ponto de partida desse artigo consiste em analisar a importância da Revista “A Escola”, um periódico do Grêmio dos professores públicos do estado do Paraná, em Curitiba, publicado com a colaboração de educadores de outras cidades e alunos do Gymnasio Paranaense e da Escola Normal. Esse periódico, denominado de “A Escola”, destinado aos educadores do estado do Paraná, foi criado para preencher um vazio na formação docente.

### *Considerações sobre a legitimação da ideologia liberal*

Expressão de estudos de teóricos burgueses, o liberalismo foi a ideologia que fortaleceu a classe que detinha os meios de produção, a partir do século XVII, com a desestruturação da ordem feudal. Liberdade, igualdade, segurança, tolerância e, da mesma forma, individualismo e propriedade são os princípios do liberalismo. Princípios esses considerados fundamentais ao sujeito, como direitos individuais, são garantidos e assegurados pelo Estado Moderno, proporcionando o crescimento e o progresso.

Tendo os pressupostos de teóricos nos pensadores ingleses como John Locke (1632-1704), que defendia em suas obras os direitos naturais do homem, como a liberdade à vida, o direito à propriedade privada e à igualdade perante a lei, e como Adam Smith (1723-1790), que defendia a não intervenção do Estado na economia, entre outros. O liberalismo, como face da mesma moeda do capitalismo, era a ideologia “[...]fruto do contexto de um país em momento de consolidação do modo de produção capitalista, porém defendiam tais ideais como adequadas ao contexto” (Zanlorenzi, 2014). É nesse momento que o liberalismo é apontado “[...]a partir de então, [...]. Elas começam a constituir um verdadeiro sistema de pensamento, um sistema que afirma, convictamente, que o mundo seria melhor – mais justo, racional, eficiente e produtivo [...]” (Moraes, 2000).

Portanto, como contraponto à sociedade feudal, que não surgiu do nada, pois sua “[...] gênese deu-se no interior das lutas que a burguesia vinha travando contra a Igreja Católica e a nobreza no sentido de superar o feudalismo” (Alves, 2007) em todas as suas relações feudais, patriarcais, foram extintas, com o advento da burguesia não deixando nenhum laço “[...]superiores naturais e não deixou

outro laço entre homem e homem que não o do interesse nu, o do insensível “pagamento a pronto”. Afogou o frémito sagrado da exaltação pia, do entusiasmo cavalheiresco, da melancolia[...] (Marx; Engels, 2001).

O liberalismo é um fenômeno histórico que se modifica e se adapta de acordo com as necessidades do capitalismo, pois como ideologia do capitalismo, ela atenta para a manutenção do modo de produção. Em nosso país, o liberalismo “[...] só pode ser entendido com referência à realidade brasileira. Os liberais brasileiros importaram princípios e fórmulas políticas, mas as ajustaram às suas próprias necessidades” (Costa, 1999).

O liberalismo, que representa a ideologia enquanto visão de mundo burguês, impregnou nas práticas e nas ações desse grupo. Não podemos afirmar que isso implica em uma visão parcial da realidade da sociedade escondendo-a como uma nuvem espessa, dando “[...] aos pensamentos a forma de universalidade, representando-os como únicos, razoáveis, os únicos verdadeiramente válidos” (Marx; Engels, 2007) e, dessa forma, a ideologia foi se solidificando, mantendo as condições materiais, favorecendo, ampliando a exploração e as desigualdades na

[...]produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social. Não é a consciência que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência (Marx, Engels, 2008).

Esse modo de viver, que é dominante, caracteriza-se pela visão reducionista que as benesses do crescimento econômico, por meio do acúmulo de capital estimulado pela competição e a divisão de trabalho, seria estendido a todos. Especificamente, a divisão do trabalho, tanto quanto possa ser introduzida, ocasiona em toda técnica um proporcional “[...] aumento a produção a partir do aumento da destreza do operário, a economia de tempo e por último a invenção de máquinas que facilitem a realização do trabalho (Smith, 1998).

Cabe aqui destacarmos que o processo “[...]civilizatório deve muito, historicamente, à burguesia liberal. O pensamento clássico está hoje incorporado ao patrimônio cultural da humanidade e não há como nem por que desqualifica-lo o liberalismo durante o processo de consolidação” (Alves, 2007).

O desafio que se coloca é: de que forma os princípios do liberalismo se consolidaram na sociedade democrática? Como pensar nesse desafio se a doutrina liberal do Estado tem em seus fundamentos o direito natural, e isso, desde que nasçam livres, recebem um carimbo do contrato social, que vai garantir os direitos naturais na sociedade como forma de preservação da espécie. Esses fundamentos do liberalismo nos levam aos limites em que o Estado liberal se apresenta. Por meio desses limites que a doutrina estipula ao Estado através das garantias das liberdades individuais para todos

vindas do estado natural. Podemos considerar que no Estado liberal, as liberdades individuais são elas próprias os limites do Estado liberal.

Respeitando os princípios liberais, podemos considerar que democracia e liberalismo não são fenômenos sociais que se interligam, pois a interligação entre eles se dá de forma antagônica. Para perceber isso é só direcionar nosso foco para melhor observá-lo, para notar que os fenômenos sociais só podem ser criados, concebidos e relacionados de forma antagônica, uma vez que as afirmações do liberalismo e da democracia no estado liberal caminham juntas e se tornam falsas pois uma anula a outra, isso porque:

[...] Na acepção mais comum dos dois termos, por “liberalismo” entende-se uma determinada concepção de Estado, na qual o Estado tem poderes e funções limitadas, e como tal se contrapõe tanto ao Estado absoluto quanto ao Estado que hoje chamamos de social; por “democracia” entende-se uma das várias formas de governo, em particular aquelas em que o poder não está nas mãos de um só ou de poucos, mas de todos, ou melhor, da maior parte, como tal se contrapondo às formas autocráticas, como a monarquia e a oligarquia. Um Estado liberal não é necessariamente democrático: ao contrário, realiza-se historicamente em sociedades nas quais a participação no governo é bastante restrita, limitada às classes possuidoras. Um governo democrático não dá vida necessariamente a um Estado liberal: ao contrário, o Estado liberal clássico foi posto em crise pelo progressivo processo de democratização produzido pela gradual ampliação do sufrágio até o sufrágio universal (Bobbio, 2005).

Por isso, a natureza antagônica na sua estrutura, do liberalismo com a democracia, pois ambas se sobrepõem a outra que se apresenta de caráter privado, isto é, os direitos não são iguais para todos na contemporaneidade. A democracia é o chamamento que lança a liberdade dos indivíduos, porém elas se realizam de forma privada, limitando não só o alcance da liberdade de todos como

Antípodas por natureza, liberalismo e democracia só podem conviver em um mesmo tipo de Estado através da sobreposição de um fenômeno a outro. Quando o liberalismo entra em crise na Grande Depressão de 1929, ele não deixa de existir, mas é sobreposto por um regime de ampliação do processo de democratização, através do qual a democracia deixa de ser uma mera forma de governo para se tornar uma cultura política de fato, que penetra e se expande na e pela cotidianidade dos cidadãos. Diferentemente, quando o regime democrático entra em crise em 1973, o liberalismo se torna hegemônico e se sobrepõe à cultura democrática, limitando-a a um mero procedimento técnico racional-legal, através do qual é garantido ao cidadão o direito periódico de alternância dos governos (Silva, 2011).

O caráter generalista e universal, no princípio liberal como direito de todos, estendendo-os à sociedade como todo, é uma forma de camuflar a legitimidade da divisão de classe, que se apresenta de forma naturalizada das diferenças sociais. E a ideologia liberal se apresenta de forma privada como “[...] uma concepção particular de mundo que se pretende inculcar a todas as classes e camadas como concepção universal” (Cury, 1988).

Sendo um direito basilar, a liberdade, no ideal do liberalismo, é que todos os sujeitos tenham direitos garantidos

[...] Ser livre, portanto, não deve Ser livre, no liberalismo, é não ser coagido a agir (fazer ou a deixar de fazer) - é não ser obrigado ser confundido com “ter condições materiais para fazer”,

ter recursos para fazer”, “ter poder para fazer”, “ter capacidade para fazer” alguma coisa” (Chaves, 2007).

Se é dado o direito à liberdade a cada indivíduo de forma legal, caberá então alcançar, por meio da capacidade individual, o direito de exercer a sua liberdade. Se “[...] cada homem “[...]tem uma propriedade em sua própria pessoa; a esta ninguém tem qualquer direito senão ele mesmo. O trabalho do seu corpo e a obra das suas mãos, pode dizer-se, são propriamente dele” (Locke, 1991). Assim, responsabilidade passa para o indivíduo conseguir os recursos necessário para sua existência, pois as forças “divinas”, ordena que cabe ao homem seguir com a responsabilidade os desígnios de “[...] Deus ao dar o mundo em comum a todos os homens, ordenou-lhe também que trabalhassem. Aquele que, em obediência a esta ordem de Deus, dominou, lavrou e semeou parte da terra, anexou-lhe por esse meio algo que lhe pertencia, a que nenhum outro tinha direito (Locke, 1991).

É dessa forma que, no liberalismo e no capitalismo, a produção da vida material está condicionada ao processo de vida social, política e intelectual para se atingir a liberdade, considerando os princípios de liberdade para todos, como já reforçamos anteriormente, um é o dono dos meios de produção e outros da força de trabalho os trabalhadores, que utilizam esses meios, mas deles não tomam posse, não são proprietários. Nesse sentido, quem irá determinar as condições da propriedade é a classe que domina os meios de produção, a classe burguesa.

Ao privilegiarmos a individualidade, a meritocracia e a autonomia como condição para a liberdade, a dependência aos talentos de cada indivíduo, valorizamos a individualidade, ocultando os processos que provocam as desigualdades sociais, fazendo com que os envolvidos, os proletários, tenham um sentimento de falsa identidade, que são pertencentes à classe dominante, no entanto “[...]é o próprio indivíduo que tem que prover para si próprio esses meios de subsistência, pelo seu trabalho” (Chaves, 2007), cabendo a ele aproveitar as oportunidades oferecidas pela sociedade, camuflando a sociedade de classes, estabelecendo a ideologia dominante como forma de controle ideológico que deturpa a história do homem, a história real da luta de classes (Chauí, 1986).

Considerando que o liberalismo constitui a ideologia que justifica e racionaliza os interesses do capital servido, dessa maneira de sustentação e organização das sociedades capitalista, podemos nos perguntar: qual instrumento poderia ser seguro para o liberalismo numa sociedade dividida por classes para que esse ideal liberal pudesse se consolidar?

A educação, no Estado liberal, tem a função de buscar alternativas para florescer sua natureza excludente, maquiando a luta entre as classes (burguesia e o proletariado) com interesses antagônicos em função do sistema capitalista, fruto das condições materiais, além de outras instituições. A escola é o instrumento central para a reprodução dos interesses da burguesia. Ao mesmo tempo que o liberalismo prega que todos têm o direito à educação escolar, os problemas se acentuam, pois como ter acesso a essa educação, com as mesmas condições que é oferecida para os que detêm os meios de

produção, a classe burguesa. Ao mesmo tempo que anuncia a igualdade de oportunidades, esse acesso se distancia, pois a sociedade está dividida em classes, se colocado como facilitador e avalista, garantindo privilégios para classe burguesa por intermédio de representações fragmentadas em interesses da classe dominante que ideologicamente anuncia a “[...]universalidade e nesta a generalização dos interesses da minoria como da maioria, uma forma de resumir o individual no social, a partir do consenso e da vontade geral em prol de uma lógica fragmentada, uma forma parcial de apreender a realidade (Zanlorenzi, 2014).

Nos paradoxos do liberalismo, uma parte da escola é criada para atender a classe dominante e outra, para as crianças pobres, indigentes e órfãs entre 7 a 14 anos, “[...] oferecendo-lhes comida e roupa, ensinando-as a ler a Bíblia e a escrever o suficiente para copiar uma passagem desta e depois as enviavam a trabalhar como aprendizes ou serventes (Cury, 1988)

Dessa forma, há a reprodução e a manutenção das condições materiais para uma determinada classe e, para outra, há a ideia de que a escola proporciona direitos iguais, já que todos têm direito ao acesso ao conhecimento, cabendo ao indivíduo superar as diferenças sociais, naturalizando o abismo social do processo ao acesso em uma sociedade dividida em classes.

Esses princípios, liberais estão presentes na Revista “A Escola” que, em dezembro de 1910, promoveu o I Congresso de Professores Públicos do Paraná, onde foram realizados debates sobre nove teses e que teve como público alvo os professores do Estado.

### *Imprensa na primeira república: o discurso liberal da Revista “A Escola”*

À medida que a cidade e o Estado buscavam se organizar, mais pessoas, principalmente as da classe burguesa, mudavam-se para os centros urbanos das cidades, que se desenvolviam voltadas aos interesses dos grandes centros do país, buscando consolidar o valor das nações, também “[...] representado pela expansão intelectual de seus filhos, pelo fulgor de suas escolas, pela alteza, pelos princípios sãos e altruístas consignados na magna carta” (A Escola<sup>11</sup>, 1906).

As ideias liberais traziam fortemente, no caso do Brasil, o papel do indivíduo e do Estado de forma a remodelar os passos dessa pátria.

Enquanto o liberalismo europeu se vê diante do socialismo, combatendo-o ou harmonizando-se com ele, o liberalismo brasileiro vê-se diante das velhas instituições que não correspondiam mais às aspirações do século: o seu problema é remodela-las, eliminá-las em certos casos, para substituí-las por outras. Sua tarefa é libertar o trabalho, a consciência e o voto: é “liberalizar” o país antes de qualquer outra medida (Carvalho, 1990).

---

<sup>11</sup> As fontes primárias grafadas nesse artigo, estão em itálico e são mantidos na escrita original da época, em que foi publicada pela revista.

Na primeira República, no Paraná<sup>12</sup>, era importante que a consolidação dos ideais republicanos do estado estivessem em consonância com os significados de Nação Republicana, que consolidava a autonomia

[...] estatal do país, deixando que cada Estado defendesse os seus próprios interesses. No plano político, porém, os partidos Republicanos eram controlados por uma elite, que embora pequena, determinava o candidato à Presidência da República, ficando nas mãos desses republicanos o destino político nacional (Nascimento, 2004).

Havia o compromisso de configuração de uma nova identidade nacional por meio de um pequeno grupo que criava instrumentos capazes de unir,

[...]de vez, na grande comunidade euro-americana; ao invés de se entregarem a uma suposta realidade brasileira, procuravam cria-la pela ação educativa da lei, da escola, da imprensa, do livro[...]. Certamente, [...] as ideias que triunfam são exatamente aquelas que melhor servem ao propósito de integração do país na cultura ocidental, confundida com a humanidade[...] (Barros, 1986).

Em contrapartida, essa expansão também era sinônimo de implantação da ideologia de um modelo civilizatório e nacionalista, com vistas à coesão social e da naturalização “[...] ocultando as diferenças sociais pela proclamação do discurso igualitário” (Cury, 1988).

Para tanto, a escola teve um papel preponderante e os professores que fossem atuar nas escolas públicas teriam a missão de atuar na

[...]escola primária uma instituição supernamente civilizadora. Oficina do espirito infantil, é nesse recinto bemdicto que a intelligencia dos pequeninos seres, ainda não desabrochada para os conhecimentos, se vae desenvolvindo e inundando da luz cambiante e redemptora da instrucção (A Escola, 1906).

A defesa da escola pública no Paraná era o símbolo de confirmação do estado liberal, mais significativo para o desenvolvimento do estado e, principalmente, para assegurar o projeto republicano na maioria do discurso governamental. A instrução pública no estado deveria caminhar com a resignação de um grande sábio que tem muito a aprender, pois há “[...]que ensinar, ha em summa muito que dizer na terra das cachoeiras assombrosas, do matte e dos pinheiraes, onde o progresso floresce em seu evoluir lento mas intérmimo” (A Escola, 1906).

No final do século XIX, momento de intensa expansão da urbanização, e no início do século XX, momento também da expansão dos primeiros passos da educação escolar e, principalmente, da escola pública nos grandes centros do Brasil, foi considerado pelos governantes fator central para o desenvolvimento e, por sua vez, os dirigentes educacionais se organizavam para que esses objetivos pudessem ser alcançados. Nesse momento, entraram nos debates a preocupação com a formação dos

profissionais que estavam nas salas de aula, os professores, e os métodos utilizados nessas escolas, que na maioria empregavam o método intuitivo que se “[...] manteve como referência durante a Primeira República sendo que, na década de 1920, ganha corpo o movimento da Escola Nova que já irá influenciar várias das reformas da instrução pública efetivadas no final dessa década” (Saviani, 2005).

A escola primária era parte importante para expandir os métodos, as práticas e, com isso, o pensamento dominante e a ideia da nação que se queria formar. Para tanto, a imprensa desenvolveu-se como parte importante “[...] acionada pelo Estado para definir a imagem e a herança da ‘nação’ e inculcar a adesão a ela ‘bem como para vincular os habitantes ao país e à bandeira’” (Hobsbawm, 2011).

Houve um aumento no interesse pelas diversões públicas, a construção de hotéis, jardins, passeios públicos, teatros, cafés e a construção dos primeiros grupos escolares. “Melhorou o sistema de calçamento, iluminação e abastecimento de água. Aperfeiçoaram-se os transportes urbanos. O comércio urbano ganhou novas dimensões, bem como, o artesanato e a manufatura (Costa, 1999).

A revista “A Escola”, com o papel fundamental na formação de opiniões, veiculou e expressou, a partir das teses, os projetos políticos-ideológicos, transformando interesses de uma elite de professores em interesses gerais, possibilitando a legitimação da ideologia liberal aos demais professores do Estado, àqueles que porventura não estiveram presentes.

Destacamos que “[...] a história da imprensa é a própria história do desenvolvimento capitalista” (Sodré, 1999), fato que aponta a importância da racionalidade da análise desse material, pois o tratamento tão somente aos dados objetivos não permite revelar as contradições dessa sociedade. Pelo contrário, contribuem para a manutenção dos princípios que sustentam o modo de produção. Por outro lado, não proporcionam o conhecimento apropriado à problematização da realidade.

### ***Grêmios de Professores da Escola Pública***

O Congresso dos Professores do Paraná foi realizado nos dias 17, 18, 21 e 23 de dezembro de 1910, convocado pelo Grêmios dos Professores. As reuniões foram realizadas no edifício da Instrução Pública, presididas por Sebastião Paraná, professor do ginásio e da Escola Normal de Curitiba. Não podemos deixar de lembrar que o controle da função dos professores, nesse período, começa a passar para o “[...]Estado e a sua contratação era feita de forma diferenciada, na medida em que se recorria à escolha feita não só pela competência, mas também por indicações”(Nascimento, 2004).

A presença dos professores públicos representavam a maioria, mas também foram convidados os professores da escola privada de Curitiba “[...] e outras localidades, e diversos dos mais distintos lentes cathedraicos do Gymnasio e da Escola Normal” (A Escola 1910).

O grande debate de ideias ocorreram nas reuniões “[...] em boa ordem, reinando sempre na respeitável e fraternidade, apesar mesmo da diversidade de opiniões e do fervor com que foram defendida” (A Escola 1910).

Essa característica dos professores no início da República se

[...] impõe e, segundo a qual, para se chegar às “virtudes” para o crescimento intelectual e, conseqüentemente, para o desenvolvimento, era preciso obedecer às leis. Os professores deveriam ser obedientes a esses preceitos e vigiar seus alunos para que estes chegassem a atingir essas “virtudes,” aceitando passivamente os sacrifícios que lhes eram impostos pelos discursos e documentos oficiais (Nascimento, 2004).

Era unânime entre os professores presentes que o ensino público oferecido pelo Estado do Paraná era uma “[...] vergonha e ignominia de nossa queda terra, é neste Estado uma instituição primitiva e arcaica, cheia de defeitos crassos que inibem de progresso” (A Escola, 1910).

Os presentes no Congresso das Escolas Públicas revelavam na revista que o ensino popular e os educadores eram

[...] tratados, pelas potestades políticas, com a mais completa indiferença e o mais profundo desprezo, o que se evidencia pela ausência de evolução naquele ramos impotantissimo dos serviço público, e pelas continuas e multiplicadas injustiças sofridas pelos pedagogos (A Escola, 1910).

Os educadores, em geral, cumprem heroicamente os seus deveres, [...]luctando contra a injustiça aviltante dos governos, que nem lhes tributam a devida consideração, nem lhes concedem uma remuneração pecuniariaia condigna e suficiente (A Escola, 1910).

As ideias de humanização da educação escolar, emitidas no Congresso de Professores Públicos do Paraná, durante o início do século XX, constroem-se no limite oferecido para um Estado burguês que se organizou em sucessivas formas e reformas, porém se distanciando dos objetivos do povo e dos professores, pois isso se constrói em sociedade “[...]do capital. Em estreita sintonia com essa ordem, estruturaram-se e se firmaram, de modo orgânico, os ideários pedagógicos que hegemonicamente nortearam e continuam nortear, tanto a prática docente quanto (e para tanto!), a formação de professores (Martins; Duarte, 2010).

O evento foi aberto com a palestra de incentivo e direcionamento para os debates, citando alguns nomes considerados importantes para educação no Paraná, os

[...] senhores Lysimaco Costa expoz o seu trabalho educativo de sua lavra; o sr.Verissimo de Souza apresentou uma tese sobre a educação physica, intellectual, cívica e esthética;o sr. Lourenço de Souza fez uma palestra sobre a educação da mulher; o Dario Vellozo, desenvolveu, com eloquência e brilho, as bases da sua preciosa instituição-ESCOLA MODERNA-, destinada a engrandecer moral e intellectualmente a terra paranaense; e o conspícuo presidente, Dr. Sebastião Paraná, encerrou as sessões pronunciando um formoso e magistral discurso (A Escola, 1910).

Foi constituía uma comissão para dar andamento aos trabalhos composta do “[...]lente cathedraticos Lysimaco Costa e srs. Fernando Moreira e Lourenço de Souza, para dar parecer a respeito

das teses apresentadas, e dirigida um memorial ao Congresso Legislativo do Estado, a respeito a adoção de providencias conducentes ao progresso do ensino público” (A Escola,1910).

No dia 17 de dezembro, foi aberto solenemente, no palácio da Instrução Pública, o Congresso dos Professores, sob a presidência do professor “[...] cathedratico sr.Dr. Sebastião Paraná, e funcionou durante quatro dias comparecendo diversos lentes do Gymnasio e da Escola Normal e havendo grande concorrência de professores públicos e particulares (A Escola, 1910).

No discurso de todos os trabalhos “[...] reinou sempre o espirito de harmonia e fraternidade entre os congressistas, mesmo apesar das divergências de opiniões e ideias concernentes às interessantes e momentosas questões educacionais que então discutidas foram (A Escola, 1910)

Os trabalhos organizados em 9 teses estavam voltados para a valorização da pedagogia “[...] tradicional a iniciativa cabia ao professor que era, ao mesmo tempo, o sujeito do processo, o elemento decisivo e decisório [...] (Saviani, 1997); Foram discutidas todas as teses publicadas na revista “A Escola” “[...] exceptuada a 8ª, pela razão de não ter sido ainda distribuída ao professorado o novo regulamento da instrução. (A Escola, 1910)

Fizeram parte dos trabalhos do Congresso de professores, discutindo as teses propostas, trazendo como contribuição trabalhos pedagógicos de interesse:

[...] o sr. Conego. Evangelista Braga, Dr. Azevedo Macedo, Lysimaco Costa, que expoz, em synthese, um excelente trabalho sobre a educação em geral; Veríssimo de Souza, apresentando uma these sobre a educação physica, intelectual, militar e esthetica, e a hygiene pedagógica; Lourenço de Souza, que fez uma palestra sobre a educação da mulher; o insigne tribuno Dario Vellozo, expondo brilhantemente a sua preciosa instituição – Escola Moderna – destinada a engradecer moral e intelectualmente a terra paranaense; e o ilustre presidente, Dr. Sebastião Paraná, que encerrou as sessões pronunciando um formoso discurso [...](A Escola, 1910).

A finalidade do Congresso de professores era dar uma única direção à educação no Estado para que os professores pudessem atuar em diferentes realidades. Todos os professores com as mesmas obrigações a “[...] cumprir, e o mesmo trabalho a executar, e não pode ter havido uma tal diferença de ocupações que por si fosse suficiente para produzir uma diferença tão grande de talentos” (Smith, 1983).

Nessa mesma premissa, todos os professores do Paraná deveriam ter o mesmo resultado, se isso não fosse alcançado, seria de responsabilidade do mesmo que, por ser incompetente, não alcançou os objetivos, pois as condições foram dadas no sentido de

[...] colher de cada um de seus alunos os caracteres de seu organismo physico, principalmente, ao mesmo tempo que faz voltar as atenções do professor para a capacidade intelectual e moral dos alunos. Colhidos, com o critério que estabelece, estes coefferente de cada alunos, o professor, mais empiricamente ou mais positivamente guiará o seu desenvolvimento physico, moral e intelectual; conhecendo-lhes então os defeitos, melhor restalecerá o equilibrio em cada um desses discentes, por uma educação racional symetrica; ou aberrações pois que visará, pela verdadeira educação de cada individuo, fornecendo-lhes os meios de conversação decorrentes de uma hygiene racioanl, ao mesmo tempo que prepara uma sociedade futura perfeitamente homogênea e moralmente forte (A Escola, 1910).

No Congresso, reconheceu-se a necessidade da laicização do ensino e da escola, pois era o período considerado de consolidação da ideologia liberal e caracterizado “[...] pelo abandono da ideologia católica por parte da política educacional do Estado e pelo progressivo domínio da ideologia liberal, própria de uma burguesia leiga [...]” (Severino, 1986).

A defesa da laicização<sup>13</sup> da escola e do ensino público

[...] e do ensino da moral também leiga, porquanto é esse o só fundamento sobre que se assenta o glorioso princípio da tolerancia e que, pois, continue a base da fraternidade, do amor e da harmonia que devem imperar no recinto bemdito da officina espiritual onde, com esmeril da educação, se affeioam ao bem e se modelam pêla virtude o cérebro e o coração infantis. No desempenho do seu ministério educativo, deve o professor cumprir fielmente as leis que incompatibilizam o Estado com todo e qualquer systema religioso. Não lhes é licito nem siquer deixar transparecer suas crenças ou descrenças, e os seus ensinamentos devem ser absolutamente indemnes de sectarismo doutrinário (A Escola, 1910).

O ensino laico nas escolas públicas, neste contexto do Congresso de Professores (Primeira República), e o cenário das discussões estava em torno da “[...] Igreja e Estado [...] construído por diversos elementos sócio-políticos-econômico-histórico e culturais (Oliveira; Araújo, 2018).

Os organizadores do evento chamavam a atenção que embora a realização do Congresso fosse considerado um sucesso, não dava para alimentar “[...] a esperança de que do congresso emanem resultados práticos mas pouco de útil que sobrenado ao parlatório será apreciável recompensa á iniciativa patriótica do aludido Gremio” (A Escola, 1910)

Seguindo a mesma premissa de discussão sobre os desígnios da educação paranaense, os responsáveis pela revista “A Escola” organizaram as teses que foram debatidas, envolvendo os seguintes questionamentos:

Primeira these: Qual a orientação a dar ao ensino público, uma vez considerada a escola factor do Estado? Tratando -se de escolas brasileiras, a orientação está no próprio espirito democrático, liberal, do regimen político que nos rege.

A segunda these: Haverá conveniencia para o Brazil na unificação da instrucção publica? Pertence a categoria das ociosas, à vista da impossibilidade de se conseguir essa unificação, por certo conveniente em um paiz vastíssimo, de Estados autonomes, apresentando gradações cuturaes, diferenciações ethnicas e outras

Terceira these: Ministrando o ensino, qual o fim a que se propõe a escola? Instruir ou educar? Em que deve consistir a instrucção dada á creança e ao jovem? Em que deve consistir a instrucção dada à creança e ao jovem?

Nesta terceira tese a discussões encaminham para se pensar qual é o objetivo da educação na escola pública [...] não são simplesmente casas de instrucção, onde se ministram fofos conhecimentos e a cartilha do A B C, mas estabelecimentos de educação onde os alunos vão

---

<sup>13</sup> Com a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, as tendências secularizantes no Império conseguiram grandes vitórias. Uma delas é a abolição do Padroado, em 7 de janeiro de 1890, deixando o catolicismo de ser religião oficial do Estado, a partir de então. E ainda, a laicização do ensino, a secularização dos cemitérios, as condições possíveis e aceitáveis de um simples registro civil e o casamento civil são elementos que deixam de ser da responsabilidade da Igreja. Essas conquistas faziam parte do texto da Constituição republicana, promulgada a 24 de fevereiro de 1891 (Basbaum, 1981).

desenvolver os seus altos conhecimentos, que os mestres obter os reaes e seguros resultados de suas funções (A Escola, 1910).

O alvo das discussões estava centrado na função do professor, que deve ser entregue “[...]a competentes que não façam jus apenas às remunerações do Estado, mas que sejam funcionários conscientes da missão que lhes é dada desempenhar, a bem da pátria e da humanidade” (A Escola, 1910). Ao mestre, na escola compete dedicar-se inteiramente a “[...]sua missão de instruir para alcançar o fim: educar. Estas duas faces da educação em geral se completam perfeitamente (A Escola, 1910).

Assim, o educador passa a ter a função de um pai que como “[...] desvelado, que não limita o amor a sua prole, mas estende-o, como esses rios de aguas fecundas que fertilizam em torno de seu leito léguas de terra (A Escola, 1910).

Não podemos esquecer que esse congresso de professores das escolas públicas do Paraná e suas teses foram organizados em um país essencialmente agrícola, com uma elite preocupada com a sua manutenção no poder e que não deu a devida importância para educação, logo isso se deu de forma muito lenta.

Esta legião de excluídos da ordem republicana aparece então como freio ao Progresso, a impor sua presença incomoda no cotidiano das cidades. A escola foi, em consequência, reafirmada como arma de que dependia a superação dos entraves que estariam impedindo a marcha do Progresso [...]Passa, no entanto, a ser considerada ‘arma perigosa’, exigindo a redefinição de seu estatuto como instrumento de dominação (Carvalho, 1989).

Na resposta para a terceira tese, no Congresso, está também a resposta da quarta tese quando levanta a pergunta: “O ensino da moral deverá ser ministrado pela escola pública? Em caso afirmativo, como deve ser compreendido e dado esse ensinamento?” (A Escola, 1910). O Congresso se afirmava na legalidade da Constituição Federal de 1891<sup>14</sup> (art.72§ 6º. e § 7º), que expressamente determinava que o ensino deveria ser leigo<sup>15</sup>.

A these 5. A educação civica, como a intellectual e a moral, deverá decorrer dos livros de leitura? E outra interrogativa evidentemente ociosa

Será conveniente a uniformidade de livros em todas as escolas publicas do Estado? Quaes as vantagens e desvantagens dessa unificação?

7 Os livros actuaes de ensino satisfazem os interesses do Estado e da Patria?

8 O actual regulamento da instrucção publica satisfaz as exigencias do ensino no Paraná?

9 Haverá conveniencia em fundar-se uma associação dos professores com o fim de tratar dos interesses da classe e da causa do ensino? O actual “Gremio dos Professores” poderá preencher esses fins? (A Escola, 1910).

A sétima tese, que tem o seu foco de debate nos livros didáticos que, segundo os professores presentes, não satisfazem aos interesses do Estado porque estão longe dos modernos métodos pedagógicos e distantes da realidade social do país, não revelando os fatos “[...]que atravessamos. São [...] methodos condenados, alguns; outros, como os livros de história, menos verídicos e imparciais na exposição dos fastos nacionais [...]” (A Escola,1910)

Para atender as escolas primárias, não era comum encontrar os trabalhos didáticos que atendessem essa faixa etária, só

---

<sup>14</sup> § 6º Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos § 7º Nenhum culto ou igreja gosará de subvenção official, nem terá relações de dependencia ou alliança com o Governo da União, ou o dos Estados. A representação diplomatica do Brasil junto á Santa Sé não implica violação deste princípio (Constituição Federal, de 1891).

<sup>15</sup> O Brasil tornou-se um Estado laico com o Decreto nº 119-A, de 07/01/1890, de autoria de Ruy Barbosa.

[...] quando em quando, para algum notável apenas pelos clichês que lhe ornaram o texto. O governo bem procura animar os autores, pois subvenciona a publicação de obras que nem são submetidas à apreciação indispensável da congregação da Escola Normal. Ou desejo de estimular os professores, levando-os a escrever, ou é protecção concedida a afilhados habeis no espinhoso papel de solicitar auxílios (A Escola, 1910).

Para atender a classe dominante, a atuação do professor deveria ser cunhada nos livros didáticos, por meio de

[...] práticas pedagógicas de cunho elitista, a valorização relativa dos trabalhadores não-manuais e a desvalorização relativa dos trabalhadores manuais. Essas práticas, porém, são recobertas com a ideologia do mérito, que apresenta a escola como um espaço de reconhecimento dos esforços pessoais. Impregnado dessa ideologia, o professor se vê, ele próprio, como detentor de um elevado mérito pessoal, que o credencia para o exercício da profissão docente e como agente de reconhecimento dos méritos pessoais dos alunos (Saes, 2007).

A tese considerada a espinha dorsal é a sexta, pois trata da uniformidade dos livros para que a instrução pública do Paraná não caminhe a passos lentos, arrastados, de uma forma “[...] manca, defeituosa, penosamente” (A Escola, 1910). A uniformização era necessidade urgente de garantia que os textos estariam em um

[...] conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (ideias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros de uma sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar e como devem valorizar, o que devem sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer. Ela é, portanto, um conjunto de ou representações de teor explicativo (ela pretende dizer o que é a realidade) e prático ou de caráter prescritivo, normativo, regulador, cuja função é dar aos membros de uma sociedade dividida em classes uma explicação racional para as diferenças sociais, políticas e culturais, sem jamais atribuí-las à divisão da sociedade em classes, determinada na esfera da produção econômica (Chauí, 1981).

O congresso chamou a atenção para os inúmeros livros escolares que pareciam uma

[...] babel phantastica [...], adottados conforme as idéias, o capricho, o humor de cada mestre. Presentemente o alumno que se transfere de escola, vê-se na contingência de pôr ao canto os seus compendios para fazer larga provisão de outros, preferidos pelo novo professor. Ora, as escolas não podem adquirir repetidas colleções de livros. Além dessa desvantagem, de grande nota, há outra, immensa: a que soffre o ensino com as interrupções do curso e mudanças de autores. A uniformidade será esses inconvenientes e outros que nos abtemos de citar por triviaes (A Escola, 1910).

No encerramento do Congresso, ficou o registro por parte dos organizadores que a existência do evento ficará marcada na história da educação pública do Paraná. Sobre a “[...] uniformidade de livros escolares, poderá dizer com justo orgulho que prestou relevantíssimo serviço à instrução da infância paranaense” (A Escola, 1910).

Os discursos preconizados durante o congresso de professores finalizavam com a grande “necessidade” da unificação dos livros escolares pelos que dominavam. Aproveitavam de seu poder político, econômico e social, impondo e criando a necessidade de uniformização num Estado de poucas ou nenhuma escola. De forma que esses livros possam, de forma sutil, repassar a forma de pensar, os valores e concepções de interesse de uma classe dominante sobre os que não se encontram em condição

de pensar a sua própria realidade, pois não tinham acesso à escolarização. Dessa forma, fazendo com que esses livros possam ser aceitos e acatados por “todos” de forma que

[...] só sejam consideradas válidas, verdadeiras e racionais as ideias da classe dominante. Para que isso ocorra, é preciso que os membros da sociedade não e percebam divididos em classes, mas se vejam como tendo certas características comuns a todos e que tornam as diferenças sociais algo derivado ou de menor importância. Para que todos os membros da sociedade se identifiquem com essas características comuns a todos, é preciso que elas sejam convertidas em ideias comuns a todos. Para que isso ocorra, é preciso que a classe dominante, além de produzir ideias, também possa distribuí-las, o que é feito, por exemplo, através da educação, da religião, dos costumes, dos meios de comunicação disponíveis (Chauí, 2006).

Por trás da uniformidade dos livros escolares, escondem-se e se disfarçam os processos e as injustiças de inúmeras maneiras, por meio da dominação, da injustiça, da discriminação, da exclusão, distorcendo aspectos do real que a maioria da população, sem a possibilidade de ter acesso à leitura e à escolarização mais elementar para poder opinar.

A imposição de uniformização dos livros escolares é uma forma de garantir a dominação das ideias liberais e, por esse meio, as relações sociais passam a ser controladas, determinadas por uma pequena parcela da sociedade.

Os livros escolares são uma chave importante no Congresso, pois são a ferramenta que contribui para a reprodução e consolidação do sistema capitalista ao transmitir, usando os conteúdos escolares, as crenças, os valores e as concepções que permeiam e asseguram para que tudo permaneça em perfeita harmonia social, para que o sistema capitalista se perpetue.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo nos mostrou que para estudarmos a educação no início da República, a imprensa educacional é uma importante fonte de pesquisa. Ela se faz, nesse caso, de grande valia para a História da Educação brasileira como forma de contribuir para compreensão da ideologia presente na revista “A Escola” e analisar a sua legitimação, nas nove teses apresentadas pelos professores presentes.

Os profissionais que compareceram ao Congresso tinham pouca ou nenhuma possibilidade de expor suas ideias de forma contrária a tudo que estava sendo apresentado para a educação paranaense. Não tinham elementos para fugir da manutenção de uma ideologia que se consolidava. Ideologia essa, fruto do contexto de um país em momento de consolidação do modo de produção capitalista, porém defendiam tais ideais como adequadas ao contexto (Zanlorenzi, 2008) presente. Logo, nas nove teses apresentadas pelos professores à frente do I Congresso, legitimaram o que esse periódico educacional apresentava durante a sua vigência, entre 1906 a 1910.

Nessa fonte, podemos encontrar diversas informações que ficaram registradas na imprensa educacional do Paraná e que nos ajudaram na compreensão dos debates, marcados por interesses políticos, econômicos e sociais, por isso históricos.

Este artigo traz a revista “A Escola”, um periódico educacional, como um campo de luta e de disputa, no qual a classe dominante estabelece os direcionamentos propostos que são confirmados na sua materialidade, na realização do I Congresso dos Professores Públicos do Paraná.

Analizamos as nove teses presentes nesse periódico e apreendemos as intenções e os interesses presentes no grupo que direcionava a educação do Estado. Esse movimento de análise possibilitou expormos as intenções que foram silenciadas, já que era um evento que tratava da formação docente dos professores públicos do Estado do Paraná.

Este artigo nos possibilitou olhar de forma sutil que a ideologia do Estado republicano se consolidava nas práticas dos professores, materializada nas teses apresentadas, de forma a possibilitar a visualização das questões educacionais, as transformações, os impasses da sociedade paranaense, “[...] enfim, compreender a educação não apenas nos ambientes no qual esta era determinada e pensada mas também nos vários locais onde era debatida e interpretada, [...], na sua totalidade.[...]” (Nascimento, 2004).

Por fim, este estudo, com uma abordagem histórica, analisando a imprensa educacional baseado no desenvolvimento histórico da revista “A Escola”, não tem a pretensão de encerrar o debate e sim abrir possibilidades para novas pesquisas que possam ter como objetivo o aprofundamento da análise de processos históricos da revista “A Escola” e a imprensa educacional no país.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- A ESCOLA (1906). *Revista do Grémio dos Professores Públicos do Estado*. Curitiba: Acervo Biblioteca Pública do Paraná: divisão estadual.
- A ESCOLA (1910). *Revista do Grémio dos Professores Públicos do Estado*. Curitiba: Acervo Biblioteca Pública do Paraná: divisão estadual.
- Alves GL (2007). *O Liberalismo e a Produção da Escola Pública*. In: Lombardi JC, Sanfelice JL (Org.). *Liberalismo e educação em debate*. Campinas, SP: Autores Associados.
- Barros RSM (1986). *A ilustração brasileira e a idéia de universidade*. São Paulo: Convívio.
- Basbaum L (1981). *História sincera da República de 1889-1930*. 4. ed. São Paulo: Alfa-Omega.
- Bobbio N (2005). *Teoria da norma jurídica*. Trad. Fernando Pavan Baptista e Ariani Bueno Sudatti. 3ªED. – Bauru-SP: EDIPRO.
- Bastos MHC (2002). As revistas pedagógicas e a atualização do professor: a revista do ensino do Rio Grande do Sul 1951-1952. In: Catani D, Bastos MHC (Org.). *Educação em revista A imprensa periódica e a história da educação*. São Paulo: Escrituras.
- Cano W (1983). *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. São Paulo: Queiroz TA.

- Capelato MH, Prado ML (1980). *O Bravo Matutino, imprensa e ideologia no jornal O Estado de S. Paulo*. São Paulo: Alfa e Omega.
- Carvalho JM (1987). *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Carvalho JM (1990). *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Carvalho CH, Araújo JCS, Neto VG (2002). Discutindo a história da educação: a imprensa enquanto objeto de análise histórica (Uberlândia-MG, 1930-1950). In: Araújo JCS, Júnior DG (Org.). *Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa*. Campinas: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU. p. 66-89.
- Carvalho MMC (1989). *A escola e a república*. São Paulo: Brasiliense.
- Catani DB (1996). A imprensa periódica educacional: as revistas de ensino e o estudo do campo educacional. *Educação e Filosofia*, 10(20): 115-130.
- Chauí M (1990). *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. 12. ed. São Paulo: Cortez.
- Chauí M (2000). *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- Chauí M (1981). *O que é ideologia*, 6. ed. São Paulo: Brasiliense.
- Chaves EOC (2007). O liberalismo na política, economia e sociedade e suas implicações para a educação. In: Lombardi JC, Sanfelice JL (Org.). *Liberalismo e educação em debate*. Campinas, SP: Autores Associados.
- Correa AS (2009). Imprensa Política e Pensamento Republicano No Paraná no Final do XIX. *Revista de Sociologia e Política*, 17(32): 139-158.
- Costa EV (1999). *Da Monarquia a República: momentos decisivos*. São Paulo: Unesp.
- Cury CRJ (1988). *Ideologia e educação brasileira: católicos e liberais*. 4. ed. São Paulo: Cortez.
- Hobsbawm EJ (2011). *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Tradução Maria Célia Paoli e Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Locke J (1991). *Ensaio acerca do entendimento humano: segundo tratado sobre o governo*. 5. ed. São Paulo: Nova Cultural. (Os pensadores).
- Luca TR (2005). A história dos nós e por meio dos periódicos. In: Pinsky CB (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto.
- Martins LM, Duarte N (Org.) (2010). *Formação de professores: limites contemporâneos e alternativas necessárias* [online]. São Paulo: Ed. UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica. 191p.
- Marx K, Engels F (2007). *A ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo.
- MARX, Karl. Engels F (2001). *Manifesto do Partido Comunista*. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- Marx K, Engels F (2008). *Contribuição a crítica da economia política*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular.

- Moraes RCC (2000). Liberalismo clássico: notas sobre sua história e alguns de seus argumentos. *Textos didáticos*, 40: 1-42.
- Nascimento MIM (2004). *A Primeira Escola de Professores dos Campos Gerais – PR*. 220f. Tese (Doutorado em História e Filosofia da Educação) – UNICAMP, Campinas.
- Oliveira S de C, Araújo JCS (2018). Ensino Religioso e Ensino Laico na Imprensa Uberabense: primeiras aproximações. *Cadernos de História da Educação*, 1(1): 109-113
- Overné CA (2015). O uso do Periódico como Impresso Pedagógico: uma análise da revista nacional (1921-1923). *Escritas*, 7(1): 65-85.
- Periotto MR (2013). A imprensa brasileira nos oitocentos e a história da educação: Hipólito da Costa e o Correio Braziliense. *Série-Estudos - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB*, 36: 237-252.
- Rodrigues JH (1981). *O Catálogo de Exposição de História do Brasil*. Brasília: Ed. UnB. (Coleção Temas Brasileiros).
- Saes DAM (2007). A ideologia docente em A reprodução, de Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron. *Educação e Linguagem*, 10(16): 106-125.
- Saviani D (1997). *Escola e democracia*. 31. ed. Campinas: Autores Associados. (Polêmicas do Nosso Tempo). 5p.
- Saviani D (2007). *História das idéias pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados.
- Severino AJ (1986). *Educação, Ideologia e Contra Ideologia*. São Paulo: Ed. Pedagógica e Universitária.
- Smith A (1988). *A Riqueza das nações*. São Paulo: Nova Cultural. Coleção “Os Economistas”, v. II
- Silva ML (2011). Os fundamentos do Liberalismo Clássico: A relação entre estado, direito e democracia. *Aurora*, 9: 121-147.
- Silveira FR (2006). *Um estudo das capas da revista Nova Escola (1986-2004)*. 144f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas.
- Sodré NW (1999). *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal.
- Toledo CAA, Gimenez JC (2007). Educação e Pesquisa: fontes e documentos. In: Schelbauer, AR, Araújo JCS. *História da educação pela imprensa*. Campinas- SP: Alínea.
- Vieira CE (2007). *Jornal diário como fonte e como tema para a pesquisa em História da educação: um estudo da relação entre imprensa, intelectuais e modernidade nos anos de 1920*. In: Taborda de Oliveira MA (Org.) *Cinco estudos em história e historiografia da educação*. São Paulo: Autêntica.
- Vidal DG, Faria Filho LM de (2003). *História da Educação no Brasil: a constituição Histórica do campo (1880-1970)*. *Revista Brasileira de História*, 23(45): 37-70.

Vidal DG, Camargo MJG (1992). A imprensa periódica especializada e a pesquisa histórica: estudos sobre o Boletim de Educação Pública e a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 73(175): 407-430.

Zanlorenzi CMP (2014). *A Expressão do Liberalismo na revista (1906-1910)*. 143 f. Tese (Doutorado em História da Educação) - UEPG, Ponta Grossa.

Zanlorenzi CMP, Nascimento MIM (2008). *A expressão do liberalismo na revista a escola (1906-1910) no paraná (2008)* (Mestrado em História da Educação) – UEPG, Ponta Grossa.

Zanlorenzi CMP, Nascimento MIM (2015). Educação e imprensa: a escola como instrumento ideológico. *Revista HISTEDBR On-line*, 64: 34-46.

## **SOBRE O ORGANIZADOR**

### **ID LUCAS RODRIGUES OLIVEIRA**



Mestre em Educação pela UEMS, Especialista em Literatura Brasileira. Graduado em Letras - Habilitação Português/Inglês pela UEMS. Atuou nos projetos de pesquisa: Imagens indígenas pelo “outro” na música brasileira, Ficção e História em Avante, soldados: para trás, e ENEM, Livro Didático e Legislação Educacional: A Questão da Literatura. Diretor das Escolas Municipais do Campo (2017-2018). Coordenador pedagógico do Projeto Música e Arte (2019). Atualmente é professor de Língua Portuguesa no município de Chapadão do Sul. Contato: [lucasrodrigues\\_oliveira@hotmail.com](mailto:lucasrodrigues_oliveira@hotmail.com).

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Agassiz, 205, 206, 207, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235  
aluno, 11, 23, 24, 33, 36, 38, 39, 62, 86, 87, 104, 130, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 187, 188, 189, 195, 200, 201  
análise de conteúdo, 119  
aprendizagem, 15, 16, 22, 23, 26, 30, 40, 55, 56, 60, 67, 68, 73, 78, 79, 81, 82, 83, 86, 87, 89, 103, 109, 112, 142, 147, 153, 154, 155, 173, 174, 175, 176, 185, 186, 187, 188, 190, 194, 195, 201, 202, 203, 204  
avaliação, 20, 24, 33, 41, 68, 82, 102, 105, 115, 142, 153, 172, 210, 254

### B

BNCC, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 40, 41, 76, 77, 79, 80, 81, 83, 86, 106, 107, 108, 111, 112  
Brasil, 3  
burguesia, 206, 208, 210, 220, 230, 231, 257, 260, 261, 263, 268

### C

cartas, 158, 164, 167, 240  
coletivo, 10, 66, 83, 91, 104, 114, 142, 165, 167, 172, 176, 252  
colonização, 29, 221, 225, 233  
complexidade, 16, 80, 84, 93, 99, 114, 169, 173, 174, 178  
cooperatividade, 177  
Covid-19, 7, 159, 164, 165, 180, 191  
cultura, 10, 18, 19, 26, 37, 60, 67, 69, 70, 71, 77, 80, 82, 85, 86, 90, 110, 118, 119, 120, 122, 123, 125, 128, 129, 130, 132, 135, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 151, 154, 174, 210, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 221,

222, 228, 234, 235, 237, 248, 255, 256, 262, 265

currículo, 30, 36, 37, 38, 40, 58, 64, 74, 75, 77, 108, 112, 119, 120, 122, 125, 127, 128, 130, 131, 133, 134, 135, 136, 138, 139, 141, 144, 146, 147, 148, 172, 240

### D

democratização, 61, 77, 84, 88, 91, 93, 125, 177, 186, 191, 262  
desigualdades sociais, 61, 69, 71, 72, 77, 82, 83, 102, 103, 173, 175, 177, 179, 181, 186, 249, 263  
diálogo, 7, 8, 9, 10, 31, 55, 56, 87, 90, 98, 119, 195  
didática, 62, 146, 147, 148, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 172, 179, 191, 197, 259  
direito, 20, 30, 47, 50, 65, 71, 77, 78, 85, 96, 101, 102, 111, 113, 123, 124, 125, 140, 142, 167, 178, 184, 191, 194, 218, 238, 239, 241, 242, 243, 245, 248, 249, 250, 251, 252, 254, 256, 260, 261, 262, 263, 264, 275  
direitos humanos, 47, 50, 109, 134  
docência, 54, 62, 63, 66, 74, 81, 84, 87, 92, 146, 192

### E

educação, 4, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 17, 20, 26, 29, 30, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 51, 54, 55, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 72, 73, 75, 76, 77, 78, 80, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 96, 97, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 112, 114, 115, 118, 119, 126, 129, 130, 131, 133, 134, 136, 140, 143, 144, 151, 152, 153, 154, 156, 166, 171, 172, 174, 176, 178, 179, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 190, 191, 192, 194, 195, 198, 200, 201, 204, 205, 206, 208, 212, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 223, 233, 234, 236, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250,

251, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 263, 265, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 280

educativa, 10, 73, 80, 96, 180, 211, 245, 257, 265

ensino, 17, 26, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 42, 43, 53, 54, 56, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 73, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 89, 90, 91, 92, 93, 95, 97, 102, 106, 108, 112, 114, 125, 128, 129, 130, 131, 133, 135, 136, 142, 143, 144, 146, 147, 148, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 182, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 192, 194, 195, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 208, 219, 220, 223, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 251, 253, 255, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 273

médio, 15, 17, 21, 22, 25, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 118, 120, 127, 131, 133, 134, 141, 144, 151, 243

remoto, 61, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 189

ensino-aprendizagem, 153, 175

envelhecimento, 160, 165

escola, 4, 7, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 49, 53, 55, 56, 57, 58, 59, 61, 63, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 77, 78, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 87, 88, 90, 91, 92, 94, 95, 96, 97, 98, 100, 102, 103, 104, 106, 108, 114, 115, 116, 129, 132, 137, 151, 153, 169, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 182, 185, 188, 190, 194, 200, 201, 218, 236, 240, 243, 248, 249, 254, 263, 264, 265, 266, 268, 269, 270, 271, 273, 275

pública, 7, 14, 21, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 39, 53, 56, 62, 78, 80, 87, 88, 92, 94, 116, 218, 240, 249, 265, 269

estudantes, 4, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 30, 31, 33, 35, 37, 38, 39, 40, 46, 52, 54, 62, 77, 79, 80, 81, 82, 85, 89, 90, 104, 107, 121, 122, 127, 132, 133, 147, 153, 171, 177, 182, 185, 186, 187, 188, 189, 194, 195, 200, 201, 202

eugenia, 205, 206, 208, 209, 211

## F

formação, 12, 14, 20, 23, 24, 25, 26, 30, 33, 37, 38, 39, 41, 43, 47, 50, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 98, 102, 106, 109, 112, 115, 120, 122, 126, 127, 128, 129, 130, 132, 133, 135, 141, 142, 143, 146, 147, 149, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 162, 172, 173, 175, 177, 182, 185, 186, 187, 188, 190, 191, 193, 195, 197, 198, 204, 210, 220, 226, 227, 241, 257, 259, 260, 265, 266, 267, 272, 273

de professores, 54, 55, 56, 57, 59, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 75, 76, 79, 81, 85, 86, 87, 89, 93, 94, 146, 147, 149, 152, 153, 156, 204, 267

humana, 115, 173, 182, 187, 188, 190, 191

leitora, 193, 195, 197, 198

função social, 80, 173, 176

## G

gênero, 7, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 68, 85, 97, 98, 100, 101, 103, 104, 105, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 140, 141, 194, 195, 196, 197, 199, 200, 202, 203, 213, 219, 221

gestão escolar, 19, 20, 30, 91, 92

## H

história, 4, 9, 10, 11, 19, 39, 46, 49, 51, 55, 62, 85, 93, 97, 102, 109, 123, 128, 129, 130, 136, 138, 140, 144, 147, 148, 149, 151, 152, 153, 155, 156, 158, 159, 162, 164, 195, 196, 199, 207, 211, 212, 219, 224, 225, 233, 234, 239, 249, 254, 256, 257, 263, 266, 270, 271, 273, 274, 275

em quadrinhos, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 204

humano, 10, 16, 47, 50, 55, 67, 68, 71, 86, 139, 160, 164, 167, 178, 187, 198, 202, 219, 250, 274

## I

identidade, 8, 30, 31, 53, 58, 62, 72, 96, 98, 100, 109, 110, 111, 113, 114, 115, 135, 140, 143, 206, 226, 263, 264  
impactos, 20, 45, 47, 158, 179, 191  
imprensa  
educacional, 272, 273  
Paranaense, 257  
independência, 16, 49, 102  
instituições escolares, 34, 218, 273  
invisibilidade, 47, 51, 143  
isolamento, 45, 158, 159, 160, 161, 164, 165, 167, 169, 170, 171, 178, 189, 190, 193, 194, 201  
itinerários formativos, 33, 37, 38, 40

## J

judicialização da educação, 238

## L

legislação, 34, 63, 64, 76, 78, 85, 88, 89, 114, 216, 238, 242, 243, 254  
leitura, 9, 23, 25, 35, 116, 120, 121, 124, 126, 133, 136, 143, 144, 158, 160, 178, 194, 195, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 219, 239, 241, 249, 255, 256, 258, 270, 271

## M

mercantilização, 181, 186, 192  
militarização, 14

## N

neoliberalismo, 72, 103, 181, 182, 183, 184, 185, 190, 191, 192

## P

pandemia, 4, 7, 105, 158, 160, 161, 162, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 173, 174, 175, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 186, 187, 189, 193, 194, 195, 200, 202, 203, 204, 280

Paulo Freire, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 55  
pensamento complexo, 172, 173  
percepções dos estudantes, 16  
pessoa com deficiência, 44, 45, 46, 47, 48, 52  
plano de curso, 118, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 132, 133, 137, 142, 143  
prática pedagógica, 56, 57, 62, 80, 106, 153, 154  
precarização, 64, 66, 181, 182, 185, 186, 188, 189, 190, 192  
processo de adequação, 41  
professor, 11, 17, 37, 39, 41, 42, 53, 56, 57, 58, 61, 62, 66, 67, 68, 73, 74, 76, 80, 83, 84, 85, 86, 104, 105, 149, 152, 153, 154, 156, 169, 171, 173, 174, 176, 177, 178, 181, 185, 186, 187, 188, 201, 202, 207, 218, 259, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 273  
professores da rede pública, 106, 257  
profissionais da educação, 60

## Q

química, 55, 147, 148, 149, 151, 152, 153, 154, 155, 156

## R

racismo, 4, 113, 139, 140, 141, 143, 205, 206, 208, 209, 280  
reforma, 29, 32, 33, 36, 37, 38, 39, 42, 43, 58, 64, 65, 66, 75, 76, 87, 89, 102, 176, 186, 226, 241, 243, 244, 246, 247, 256  
retrocesso, 106, 246  
revista “A Escola”, 257, 258, 259, 264  
Rondônia, 14, 15, 16, 18, 19, 21, 25, 26, 27, 28

## S

sexualidade, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117

**V**

viajante, 205, 207, 210, 212, 213, 214, 215, 216,  
217, 218, 219, 220, 222, 223, 224, 225, 226,  
230, 231, 232, 234



**C**ontemporaneamente, a educação brasileira está envolta por tantas situações diversas, envolvendo todos os seus níveis e modalidades, que foi possível a composição desse terceiro volume da obra: “Educação: Dilemas Contemporâneos” – agora, há o foco no fazer pedagógico, diversidade na educação, racismo, histórias em quadrinho, educação em tempos de pandemia, entre outros assuntos.

ISBN 978-658831930-7



**Pantanal Editora**

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000  
Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil  
Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp)  
<https://www.editorapantanal.com.br>  
[contato@editorapantanal.com.br](mailto:contato@editorapantanal.com.br)